



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

TRANSCRIÇÃO DA 62ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 2022, REALIZADA PELA "COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR AS AÇÕES VIOLENTAS DE GRUPOS NEONAZISTAS E FASCISTAS EM CAMPINAS" EM 21 DE NOVEMBRO, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 09H39, NO TEATRO BENTO QUIRINO, À RUA LUZITANA, 1.505 E 1.555, PARA TRATAR SOBRE O TEMA: "HISTÓRICO DAS ORGANIZAÇÕES FASCISTAS DO BRASIL E COMBATE INSTITUCIONAL".

COMPOSIÇÃO DA MESA

SRA. VEREADORA MARIANA CONTI	PRESIDENTE
SRA. GUIDA CALIXTO	VEREADORA
SR. GUSTAVO PETTA	VEREADOR
SR. SIDNEY AGUILAR FILHO	PROFESSOR E HISTORIADOR - UNICAMP
SR. DANIEL ZOTESSO	PERITO CRIMINAL DE SÃO PAULO

DEMAIS PRESENTES

SRA. ADRIANA DIAS	ANTROPÓLOGA SOCIAL - UNICAMP
-------------------	------------------------------



Assinado com senha por MARIANA CONTI TAKAHASHI.
Documento Nº: 213622-4072 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=213622-4072>



CMCTRA202200069

SIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

Legenda:

(F) palavra escrita com base na fonética, podendo ter a grafia incorreta

-- interrupção da fala

Aviso:

Nesta transcrição utilizam-se os nomes parlamentares em substituição a menções informais ou incompletas dos nomes dos vereadores.

Foi realizada revisão de concordância verbal e nominal.

A Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão não se responsabiliza por eventuais informações incorretas enunciadas pelos oradores.

[início da transcrição]

SRA. PRESIDENTE VEREADORA MARIANA CONTI: Olá, bom dia a todas, todos e todes. Nós vamos dar início, então, a essa audiência pública, que faz parte dos trabalhos da CPI Antifascista, uma CPI que foi instalada no município de Campinas para mapear, investigar e combater ações, grupos e a ideologia neofascista, nazista, ou qualquer ideologia que prega de extrema direita, que tem... que prega o golpismo, o extermínio e a violência contra grupos subalternizados.

Eu quero agradecer a presença aqui da vereadora Guida Calixto, que é relatora dessa CPI, do vereador Gustavo Petta, que é membro da CPI, muito atuante também. Quero agradecer também os nossos convidados e a nossa convidada, o professor Sidney Aguilar, que é historiador, estuda os movimentos e organizações fascistas no Brasil há muito tempo; a professora Adriana Dias, que é antropóloga e vem fazendo um trabalho muito interessante sobre o mapeamento e também sobre a identificação do que é o movimento fascista no Brasil. A professora Adriana Dias vai conversar com a gente remotamente.

Então, na hora da fala da professora Adriana Dias, nós vamos ligar para a professora, quero agradecer também a colaboração da professora Adriana Dias. E o Daniel Zotesso, que é perito criminal e membro aí dos policiais antifascismo, que é uma organização de policiais que tem feito um debate fundamental para combater a extrema direita e a *[ininteligível]* da instituição dentro das instituições de segurança pública.

Então, sem mais delongas, entendo que a gente, pelo andar da carruagem, a

Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão
2 de 26



Assinado com senha por MARIANA CONTI TAKAHASHI.
Documento Nº: 213622-4072 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=213622-4072>



CMCTRA20200069

SIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555

gente já vai passar então para o professor Sidney, e aí eu acho que pode ser no final a gente abrir para as falas... as considerações dos vereadores no final? Depois das falas dos nossos convidados? Pode ser, Sidney? A palavra está contigo. Obrigada.

Ah, só um minutinho. Quem quiser fazer perguntas, manifestações, depois a gente abre para o público aqui, público que quiser se manifestar, fazer perguntas, mas também quem quiser se manifestar pelas redes da Câmara, entre em contato, daqui a pouquinho a gente passa. É o *e-mail*, Erika? *E-mail*, né? Pelo *e-mail* da Câmara. Então, daqui a pouquinho a gente já divulga, está certo? Obrigada.

Professor Sidney, está com a palavra.

SR. SIDNEY AGUILAR FILHO: Bom dia a todos, a todas. Eu gostaria, primeiro, de agradecer o convite, me sinto lisonjeado de participar dessa Mesa, da minha contribuição como historiador.

O fascismo é um conceito que se consolida no pós-Primeira Guerra. A primeira organização assumidamente fascista, o primeiro *Fasci*, feixe da língua italiana, surge em 1919, com características que se assemelham, a princípio, discursos e práticas educacionais, culturais, artísticas, esportivas.

O primeiro *Fasci* se assemelhava muito àquilo que a gente chamaria uma mescla de escola, com quartel, com centro de treinamento. Estamos falando de um período de 60% de jovens na idade de 16, 17, 18 anos sem profissão, sem ocupação, sem trabalho.

O primeiro *Fasci* surge para fornecer escolarização, trabalho profissional, treinamento físico, esportivo, apoio com bolsa, uniforme, refeições, exclusivamente masculino, voltado para esta faixa aí de 12 a 19 anos, os primeiros *Fascis* não eram estatais, não eram privados de *stricto sensu*, eles possuíam um financiamento coletivo que passava pela igreja católica ligada à Roma, um momento muito delicado da história da igreja católica, que ainda não havia se consolidado junto ao Estado Italiano, havia ainda uma contenda a ser resolvida, sustentado por projetos que ligados à federação dos bancos, dos latifundiários, dos industriais, em outras palavras, as elites econômicas e religiosas do país é que criava uma espécie de projeto que passava por discursos assistencialistas.

Mas, o fato é que alguns anos depois, poucos anos depois, 1922, a Marcha sobre Roma e mais de 1 milhão de jovens fascistas marchando sobre a cidade, marchados, perfilados, uniformizados, comportamentalmente uniformizados, inclusive deixava evidente que aquilo fazia parte de um projeto maior. A mesma Marcha sobre Roma, composta por jovens, a juventude fascista, era também a Marcha sobre Roma que terminaria com Benito Mussolini, ditador, com a república italiana sendo substituída pela monarquia e uma ditadura cruel de características corporativistas de discurso ideológico católico, de fundamentação elitista nos seus interesses econômicos, em um projeto de militarização, disciplinamento e uniformização de uma juventude a dar sustentação para um projeto a um só tempo antidemocrático, anti-esquerda, anti-internacionalista, ultranacionalista, de rejeição a um só tempo ao capital internacional e a um só tempo ao comunismo internacional. Este projeto com características conservadoras, *[ininteligível]*, estruturalistas, positivistas, de fundamentação organicista nos evolucionismos sociais do século 19, seria, portanto, a implementação de um projeto autoritário por uma pequena minoria muito truculenta que vai impor

Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão
3 de 26



Assinado com senha por MARIANA CONTI TAKAHASHI.
Documento Nº: 213622-4072 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=213622-4072>



CMCTRA20200069

SIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

uma das ditaduras mais caricatas e agressivas do século 20, mas até 1929 era uma coisa italiana, até 1929 era um projeto circunscrito a um país.

Com a Crise de 29, com o colapso econômico internacional, com a falência da maior parte das grandes corporações capitalistas pelo mundo afora, o fascismo ganhava um novo destaque pelo mundo, até porque a única nação industrializada que pouco sofreu com a Crise de 29 foi justamente a Itália, a economia que de fato não sofreu, aquela fechada no campo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ficava evidente que dentro deste quadro de colapso do capitalismo que aquele modelo italiano que havia sido experimentado nos anos anteriores ganhava uma mundialidade. Se nós olharmos quatro anos depois, esse modelo com características típicas fascistas se espalhava pelo mundo. Se eu pegar um ano às vésperas da Segunda Guerra, 37, 38, por exemplo, esse é um modelo que pode ser com suas características muito específicas encontradas na Europa, em Portugal, Espanha, na Polônia, além da Itália, na Alemanha já do Hitler, na América Latina, no México, no Peru, no Brasil, na Argentina; a gente não pode se esquecer também das leis de segregação aos direitos civis nos Estados Unidos nesse mesmo período, no *apartheid* na África do Sul nesse mesmo período, no avanço do Império do Sol Nascente no Japão nesse mesmo período, em outras palavras, cinco anos depois da Crise de 29, aquele modelo capitalista, autoritário, centralizador, machista, misógino, repressor, ganhava características de mundialidade totalitária.

Às vésperas da Segunda Guerra, uma parte significativa, há quem diga maior parte da humanidade, vivia sob regimes com estas características. Aqui no Brasil esse modelo começa a ser defendido já em 1933 explicitamente pela Ação Integralista Brasileira e tomava formas na ditadura do Estado Novo de 1937 com a imposição de um projeto constitucional, a "Polaca", que não deixava dúvidas a que vinha, se espelhava no estado fascista [*ininteligível*] polonês e com uma legislação trabalhista que também não deixava dúvidas, a "Carta del Lavoro", da Itália, de Benito Mussolini.

As características fascistas, portanto, no Brasil, chegam ao poder, elas chegam ao poder com legislações que impõem uma ditadura, que sequer pressupõe a existência de poder legislativo, eleições ou partidos políticos; ela se caracteriza também por legislações que vão desde legislações eugenistas, como o artigo 138 da Constituição de 34, a capilarização dessas práticas de higienistas e eugenistas durante a Ditadura do Estado Novo.

Assim sendo, eu considero que o Brasil fez parte desta totalidade histórica dos anos 20, 30 e 40, que deve compor vergonhosamente o conjunto de nações que aderiram, naquele momento, a esta caracterização macro nominável de nazifascismo, mas com características próprias em cada região do mundo, mas com uma unidade: a centralidade no poder de um ditador carismático, de gênero masculino, com discursos misóginos, machistas e de valentia, e soberba, e virilidade, e brutalidade típicas, uso sistemático de mídia, de censura e de máquina de produção ideológica; aqui no Brasil, o Departamento de Imprensa e Propaganda; na Alemanha, o *voice propagand minister*(F) — me desculpem, eu não sei falar alemão —, mas as máquinas de propaganda, censura, produção de mentiras sistemáticas, e no campo econômico, um fortíssimo discurso de produtivismo cercado de forte repressão aos movimentos sindicais, aos movimentos de trabalhadores, ao controle das relações capital-trabalho pelo Estado a serviço dos interesses macroeconômicos do capitalismo, forte discurso



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555

anticomunista, e de forte componente higienista social. Nesse higienismo social cabia tudo aquilo que, por algum motivo, se justificava improdutivo, na visão do capitalismo, ou que se justificava contra ideológico nas justificativas políticas ou de contestação na ordem econômica do modo de produção capitalista. Este modelo, tem no Brasil um dos seus ápices.

É óbvio que o mundo haveria de mudar e mudou, este modelo foi derrotado em armas nas Segunda Guerra Mundial; o Brasil, dentro de um pragmatismo diplomático, militar e sobretudo econômico, aderiu ao lado certo no sentido do lado que venceu e do lado que era o antagônico àquilo que a humanidade julgou como crime.

Mas isso também trouxe consequências, aquilo que até 41, 42, pareciam ser as bases de um modelo econômico, social e político que estava dando muito certo, crescimento econômico, popularidade, dentro de um quadro de economia de guerra, em poucos meses se torna algo a ser confrontado, combatido e criminalizado.

É impressionante como no Brasil pós-Segunda Guerra, os mesmos que até então compactuaram com estes projetos eram os primeiros a negar a sua participação, aqueles que outrora, alguns poucos meses e anos antes, se arrogavam orgulhosamente os racistas, agora passavam a falar em democracia racial e se assumir como jamais racistas, posto que o racismo seria impossível em um Brasil onde a estrutura cultural era única e o discurso da democracia racial ganha ares de a "ideologia racista" a partir da Segunda Guerra Mundial... a negação, o Brasil não é racista, o Brasil nunca aderiu ao nazismo, o Brasil nunca teve nada parecido com o nazifascismo, o Brasil nunca segregou, no Brasil nunca tiveram legislações eugenistas, o Brasil nunca teve cotas para brancos, o Brasil não participou da vergonha humana. É óbvio que o tempo passa e a capacidade da ideologia de se manter ao longo do tempo é a capacidade de fazer vencer a mentira e de silenciar as memórias, sejam dos sobreviventes e seus descendentes, sejam dos cientistas, cuja razão de existir é o estudo dos acontecimentos.

Quando hoje me chamaram aqui em uma CPI sobre práticas neonazistas, a um só tempo, a vergonha me bate, a um só tempo a razão impera, não a razão dos mentirosos ou dos criminosos, mas a razão da ciência.

É evidente que se não estamos revivendo, porque a história não volta nem é cíclica, há uma continuidade, há uma sobrevivência e há espaço político, social, cultural e econômico neste país para sobrevivência desse tipos de prática e desses tipos de comportamentos criminosos.

Era vergonhoso nos anos 30, é crime hediondo pós Segunda Guerra, era ideologia de exploração de mão de obra escravocrata para majoritar lucros do capitalismo dos anos 30 e 40 e isso não mudou até hoje.

Todas as formas de preconceito e segregação que produzem dor e sofrimento continuado também é um mecanismo de... ao minorar ou ao desprezar determinados setores da sociedade, desvalorizar o trabalho, ao desvalorizar o trabalho, majora a acumulação e os lucros produzidos pelo modo de produção.

Portanto, quanto mais preconceituosa é uma sociedade, mais a massa salarial desta mesma sociedade é rebaixada e os lucros, e a acumulação, e a expropriação se ampliam.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

Portanto, é de interesse de alguns que querem exagerar na sua capacidade de acumulação, o uso destas práticas ou o fomento destas práticas e dessas mentiras.

E a se perguntarem quem são os beneficiadores deste processo aos praticantes, a força do crime hediondo, aos financiadores, talvez há necessidade da identificação de... para onde caminham os interesses econômicos, e pensarmos em políticas públicas de médio e longo prazo junto com as políticas públicas de curtíssimo prazo, dizem respeito muito mais aos colegas que estão à minha esquerda aqui na Mesa, seja no campo legislativo, a médio e longo prazo, seja no campo penal, a curto... e espero a curtíssimo prazo.

O meu muito obrigado, minha satisfação de estar aqui com vocês, espero ter ajudado a reflexão, estou à disposição. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTA VEREADORA MARIANA CONTI: Obrigada, professor Sidney--

[manifestação da plateia]

SRA. PRESIDENTA VEREADORA MARIANA CONTI:--pela aula que foi apresentada, nós estamos chamando "Conhecer para combater". Então é muito importante esse histórico que você nos apresentou sobre o fascismo, não apenas no Brasil mas no mundo.

E eu estou aqui ligando para a professora Adriana Dias. Professora, está na linha?

SRA. ADRIANA DIAS: Na linha, ok.

SRA. PRESIDENTA VEREADORA MARIANA CONTI: Ok, professora, nós te ouvimos. a palavra está contigo, professora.

SRA. ADRIANA DIAS: Ok, posso falar? Começar?

SRA. PRESIDENTA VEREADORA MARIANA CONTI: Pode começar.

SRA. ADRIANA DIAS: Caros colegas... Ela não vai me apresentar? Ah, tá. Estou na linha, estou ouvindo e operante.

Muito bem, em primeiro lugar, eu gostaria de falar com o Sidney, que é sempre um prazer ouvi-lo, gostaria de um momento a gente conversar, porque eu acho que... é sempre um prazer ouvir o Sidney, e eu acho que nós temos muito a conversar.

Eu não gosto muito dessa foto que vocês colocaram, porque não é uma foto que me representa muito, mas vamos lá.

SRA. PRESIDENTA VEREADORA MARIANA CONTI: Professora, só um minutinho. Professora? Oi? Está tendo uma interferência, então nós vamos pedir para você desligar o seu *YouTube* enquanto estiver falando, ou pôr um fone de ouvido, porque senão a gente não consegue compreender aqui do auditório.

Alô, professora Adriana? Fazer a ligação... Gente, estamos aqui... quem sabe faz ao vivo e dá um jeito, né? Vai dar certo sim. Nós estamos contactando a professora



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

Adriana que, gentilmente, aceitou participar com a gente, mesmo que remotamente.

Alô, professora Adriana? Vou fazer o seguinte, então. Eu vou passar a palavra para o Daniel, e aí eu peço que o pessoal do Cerimonial e nossa equipe entre em contato com a professora Adriana e explique a situação, pode ser?

E aí eu já aproveito também para falar para as pessoas que estão em casa, se quiserem participar, encaminhar perguntas, comentários, é só entrar na página da Câmara Municipal. Entrando, tem um *banner*, que é participação em audiência pública, e já vem encaminhado diretamente aqui para a nossa equipe, está bom?

Então, vou passar a palavra para o Daniel Zotesso, que é dos policiais antifascismo. E já agradecendo também a participação e a presença.

SR. DANIEL ZOTESSO: Bom dia a todos, eu que agradeço o convite, tanto da presidente da CPI, vereadora Mariana Conti, da relatora vereadora Guida Calixto, do vereador Gustavo Petta, é um prazer muito grande estar aqui debatendo um tema tão importante quanto a luta contra as práticas fascistas na nossa sociedade.

E eu, vindo de um movimento como policiais antifascismo, eu participei agora ativamente nessa campanha de conversas, de panfletagens, de momentos em que a gente pôde dialogar com as pessoas nas ruas.

E as pessoas, ao ver o movimento, falam: "Opa, movimento policiais antifascismo, como assim?" E aí as pessoas se espantavam e, ao mesmo tempo, ficavam felizes de ver que existe um grupo, um movimento de policiais que estão lutando contra essas práticas fascistas.

O que ao mesmo tempo me deixa feliz, me deixa preocupado, porque o quanto a instituição policial está relacionada ao fascismo na visão de muitas pessoas, pelas práticas que a gente observa das atividades policiais na nossa sociedade.

Falando um pouquinho sobre o movimento, o movimento ele teve origem em 2017. Foi a partir de ligações entre o delegado Orlando Zaccane, no Rio de Janeiro, com grupos sindicais de policiais no nordeste.

E aí começaram a debater, realmente, sobre o fascismo crescente, que estava acontecendo tanto na nossa sociedade quanto nas instituições policiais, e aí o movimento ele foi ganhando corpo.

Hoje é um movimento nacional, está presente em praticamente todos os estados, ele é suprapartidário, algumas pessoas são filiadas a partidos políticos, outros não, ou por opção ou porque não podem mesmo, é o caso de policiais militares aí pela própria... pelo próprio regimento das instituições, mas o que nós queremos trazer com o movimento é justamente três pontos mais importantes que mostram a nossa identidade. A primeira é ser policial contra o fascismo. E aí, quando a gente fala de policial, são os agentes de segurança, que podem ser policiais militares, policiais civis, agentes penitenciários, policiais penais, guardas municipais também, todos aqueles que atuam de alguma forma na segurança pública na luta contra o fascismo, seja nas instituições, na política e na sociedade.

Um outro ponto muito importante que a gente trabalha é a nossa identidade como trabalhador, porque a gente vê muitas vezes, principalmente setores da direita, tratando policial como guerreiro, como herói, como cão de guarda e, na verdade, a



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555

gente quer ser visto como aquilo que a gente é, a gente é trabalhador, nós temos as nossas contas para pagar, exercemos o nosso serviço com dignidade, querendo prestar um bom serviço à população e não é uma medalhinha no peito que vai simplesmente reconhecer o nosso trabalho, a gente precisa de melhores condições não só de salário, mas de estrutura, de condições de atendimento psicológico, atendimento médico, que realmente falta muito esse tipo de auxílio e a gente vê que os policiais muitas vezes não tem direito à greve, não tem direito a se sindicalizarem, não tem direito a livre manifestação, dependendo da instituição em que se encontrem, que podem ser perseguidos inclusive por terem os seus posicionamentos e, às vezes, tem um posicionamento até antidemocrático e, nesses casos, eles não são punidos, mas por terem posicionamento, às vezes, de defesa da Democracia, um pensamento mais progressista, esses, sim, são perseguidos dentro das instituições, o que é uma pena e uma luta que a gente tem que fazer para mudar esse tipo de postura.

E a outra coisa é o diálogo, que a gente tem o diálogo interno e o diálogo externo, o diálogo interno com os nossos pares na mudança de mentalidade para justamente a gente atuar como policial na busca de uma segurança pública que seja cidadã, democrática, participativa e também no diálogo externo, o diálogo com os movimentos sociais, com a população LGBTQIA+, com a população trans, com tantos movimentos que são muitas vezes agredidos pelos policiais por simplesmente existirem, por estarem se manifestando livremente, então a gente precisa aproximar realmente para... e cada lado consiga entender o seu papel e que a gente consiga conviver harmoniosamente.

E acho que durante essa campanha a gente teve vários contatos com diversas campanhas eleitorais, no caso da Mariana Conti, para deputada estadual, outros mandatos aí teve uma candidatura, um mandato coletivo lá no ABC. Então, a gente conseguiu realmente aproximar, eu acho, que a gente está conseguindo romper essas barreiras que a esquerda muitas vezes tinha com os policiais e a gente está conseguindo mostrar realmente uma outra faceta da instituição policial para que a gente possa avançar nessas questões e justamente trazer em pauta esse assunto tão importante que é a discussão de uma segurança pública democrática, participativa, popular, em defesa dos direitos do cidadão, que é isso que a gente quer, não é?

E falando mais sobre as práticas fascistas, a gente pôde observar nos últimos tempos aí atitudes de realmente aí cooptação de forças policiais a favor do bolsonarismo, a gente viu atitudes da Polícia Rodoviária Federal em bloqueios em estradas nos dias das eleições, principalmente no Nordeste, no dia do segundo turno das eleições, impedindo os eleitores de irem aos seus locais de votação. Isso é uma coisa que realmente, apesar de haver determinações judiciais contrárias a esse tipo de bloqueio, a gente viu um efetivo muitas vezes dobrado em algumas regiões para poder executar um cerceamento à liberdade aí das pessoas exercerem o seu livre direito ao voto, que é um direito democrático, um direito... nós estamos, acredito ainda, em um país democrático e a gente viu as forças policiais serem usadas... sendo desvirtuadas para esse tipo de prática. E isso não nos surpreende porque tem um diretor da Polícia Rodoviária Federal que é totalmente adepto ao bolsonarismo e a gente vê que é uma pessoa que, pela sua ficha de condutas ao longo de sua carreira, nunca deveria estar no cargo que ele ocupa, ele já teve denúncias por assédio moral, denúncias por agressão a frentista por não ter lavado a viatura no posto de gasolina, denúncias de propinas e hoje ele é o diretor da Polícia Rodoviária Federal, sendo que ele já tinha

Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão
8 de 26



Assinado com senha por MARIANA CONTI TAKAHASHI.
Documento Nº: 213622-4072 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=213622-4072>



CMCTRA20200069

SIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

declarado, inclusive, apoio ao presidente Jair Bolsonaro em suas redes sociais. E aí, ele conseguiu levar toda uma instituição nesse caminho.

A gente também não pode achar que todos os policiais são fascistas, que é um erro que muitas vezes setores da esquerda cometem, o que a gente vê é que, pelo fato de não haver muito diálogo entre a esquerda e as instituições policiais, eles acabam sendo seduzidos por aquele que, pelo menos, contempla eles em alguma coisa, nem que seja para falar que eles são heróis e guerreiros, então estou me sentindo contemplado de alguma forma, eu vou, então, me aliar a esse grupo político. Mas, a gente não pode confundir e achar que todos os trabalhadores têm esse viés fascista, o que não é verdade.

E também a gente teve o caso aí de bloqueios aí após as eleições que foi o contrário, se a gente teve um efetivo maior para fazer vistorias em veículos, abordagens aí em ônibus durante as eleições, depois das eleições a gente teve bloqueios que muitas vezes eram de grupos minoritários, eram 10, 20 pessoas, eram grupos pequenos e que a gente viu realmente um corpo mole de algumas instituições no caso da Polícia Rodoviária Federal, que é o papel de ofício dela já atuar nas estradas para evitar esse tipo de situação, aí teve que haver uma ordem judicial, que nem precisaria haver, para que houvesse desbloqueios e os transtornos que a gente viu ocorrer durante duas semanas, em alguns locais até agora está... teve um bloqueio em Rondônia, quando a gente vê relatos aí de uma mulher grávida que ficou presa lá nesse bloqueio durante 8 horas, então... ambulâncias que não conseguem levar os seus doentes até os locais de hospital para tratamento.

Então, a gente vê uma série de desvirtuamentos e essa mesma Polícia Rodoviária Federal, a gente não pode esquecer que foi aquela que, no caso, o Genivaldo, o colocou dentro de um camburão e o asfixiou como se fosse uma câmara de gás. Então, a gente precisa resgatar essas instituições que hoje estão dominadas pelo bolsonarismo, seja por setores que defendem essa prática ou pelo mesmo... ou mesmo pelo seu comando hoje que tem essa postura.

E muito nos alegra quando a gente vê um nome como o de Fabrício Rosa, que foi um dos fundadores do Movimento Policiais Antifascismo hoje ser cotado, pelo menos são as notícias que a gente vê na mídia, ser cotado para assumir um cargo de diretor da Polícia Rodoviária Federal, é um policial assumidamente *gay*, e isso traria um simbolismo muito grande em termos de representatividade, em termos de diversidade, que tem um trabalho de 20 anos na instituição, na luta contra o trabalho escravo, na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e que tenha... é um doutorando em Direitos Humanos, e que tem todo um trabalho que realmente poderia dar uma guinada realmente para melhor dos trabalhos da Polícia Rodoviária. Acho que isso seria uma sinalização muito importante para a sociedade do tipo de segurança pública que nós queremos e do modelo de sociedade que nós queremos construir para o futuro.

E no próprio governo de transição, a gente viu agora os... os grupos de trabalho que estão sendo formados e a gente tem alguns nomes que já foram anunciados e nos causou um pouquinho de preocupação ver que na área de segurança pública e justiça nós tivemos nomes de juristas, pessoas muito importantes, especialistas na área de segurança pública, que foram chamados para poder ajudar nesses trabalhos do grupo de transição, mas a gente não viu nenhum policial da base ser chamado nesses



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

grupos, nem policiais estaduais, nem civis, nem militares, apenas houve uma convocação, uma nomeação ali de um delegado da Polícia Federal. Isso nos causa preocupação, porque é uma sinalização ruim para a sociedade de que, mais uma vez, parece que a esquerda não vai dialogar com o setor que está precisando realmente de um aceno. Então, de posturas mais democráticas e que o governo abrace realmente algumas causas que se aproximem desse grupo para que a gente possa progredir no diálogo e não afastá-los cada vez mais das pautas de esquerda, porque senão a gente está fadado... porque a gente vê que um golpe não necessariamente se faz com tanques e armas e militares nas ruas, mas basta a polícia deixar de exercer o seu trabalho nas ruas... A gente viu quão graves foram os transtornos e as consequências trazidas pela falta do policiamento, que seria uma prática de ofício dessas instituições que deixaram de fazer por aderir, de repente, a uma ideia de que isso traria uma mudança no resultado eleitoral... Que não vai trazer, o Lula vai tomar posse no dia 1º de janeiro, e o Bolsonaro não vai continuar no poder por mais que a gente veja manifestações na frente de quartéis, ou mesmo uma falta de ação das polícias naquilo que seria o seu papel, realmente o seu papel de ofício, e que muitas vezes é deixado de lado.

E nós já temos mudanças, propostas de emendas constitucionais, a PEC 51 é uma delas, que traz realmente uma mudança profunda na segurança pública, trazendo pautas como desmilitarização, porque, por mais absurdo que seja, a gente tem hoje uma polícia militar que é atrelada... é uma força auxiliar do Exército.

Então como que a gente vai ter uma polícia que vai ter... além de estar regida por um regimento militar, onde nós temos prisões administrativas caso a pessoa não corte a barba, não raspe a barba de maneira adequada, não corte o cabelo, está lá com o coturno sujo, então ela é presa administrativamente.

Sendo que, na verdade, a gente sabe que essas práticas são feitas para perseguições políticas, com base nas posturas, nas manifestações que os policiais têm. São impedidos, às vezes, de se manifestar democraticamente, porque o seu superior hierárquico tem uma postura diferente do seu subordinado, e já usa essa estrutura militar para punir o seu policial de base.

E outras coisas como carreira única, que a gente vê que muitas vezes os policiais das bases por mais capacitados que eles sejam, têm 20, 30 anos de trabalho, eles nunca vão chegar aos postos de comando... que nós já temos, tanto na Polícia Civil, quanto na Polícia Militar, já os delegados de polícia, os oficiais, que eles já entram em postos de comando, enquanto aqueles policiais que tiveram toda uma carreira dentro da instituição nunca vão poder chegar... de repente, nem pelas suas boas práticas, pelas suas boas condutas ao longo de toda sua carreira, nunca vão chegar a esses postos mais altos dentro da corporação.

E uma série de outras questões que seriam importantes serem tomadas que já são adotadas em outros países e que precisariam ser vistas aqui no Brasil também, porque a gente pode ter uma polícia que seja esteticamente uniformizada, mas que não precisa ser militar na sua essência, na sua prática, por todos os transtornos e desvios que isso acaba causando na função primordial, que é cuidar do cidadão, cuidar da população. E aí a gente vê um desvirtuamento realmente das práticas policiais em função da militarização que são feitas nessas instituições.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

E tudo isso leva a uma prática que a gente vê muito mais hoje, que, no Brasil, a polícia, ela tem muito mais um papel de punir do que de prevenir. Então a gente tem que mudar um pouco essa visão do que seria segurança pública no Brasil.

Então a gente tem que ajudar a garantir os direitos e não essa prática punitivista, que a gente sabe o que é que isso levou. No caso da população negra, a gente sabe que 67% da população carcerária é formada por populações de origem negra. Então... e a gente vê que isso é reflexo do racismo estrutural, que nós temos no Brasil, porque... pela classe, pela condição social, pela etnia da pessoa, ela já é suspeita de algo simplesmente pela sua origem; e pequenos delitos acabam sendo punidos de maneira a levarem essas pessoas a um sistema prisional, e a gente sabe que isso acaba levando essas pessoas a serem cooptadas por facções criminosas.

Então, em vez de nós ajudarmos a ressocializar essas pessoas de maneira a reinseri-las na sociedade, a gente está fazendo, na verdade, uma escola do crime, onde as facções criminosas acabam recrutando pessoas que são jogadas no sistema prisional, e aí com isso a gente tem cada vez mais um aumento da criminalidade e dos desvios.

E por fim, só para terminar, ontem nós tivemos o Dia da Consciência Negra. Eu acho que é muito importante a gente abordar essa temática, porque a luta antifascista, ela tem que estar junto com a luta antirracista. Aliás, elas são intrinsecamente ligadas.

E a gente vê que a violência policial, 80% das pessoas que são vítimas da violência policial são negros. A gente vê, no caso da mortalidade, dos homicídios praticados por policiais, que seis em cada dez pessoas que são vitimadas por ações policiais, são negras.

E a gente vê que isso não tem a ver com a porcentagem de negros na população, que mesmo um estado majoritariamente negro, como a Bahia, onde a gente tem 76% da população negra, a gente tem ao todo 98% das mortes por policiais de negros. Então, a gente vê que isso reflete realmente nesse racismo, nessas práticas, nessas condutas que a polícia tem hoje, que mostram, realmente, um desvio da sua finalidade.

E, por fim, eu gostaria de, mais uma vez, colocar o grupo aqui, como sempre disponível para qualquer tipo de conversa, qualquer tipo de diálogo, e que a gente possa evoluir nessa discussão como sociedade, para que a segurança pública possa evoluir, dialogar com a sociedade, em busca de práticas antirracistas, antifascistas e que busquem sempre o bem da população antes de mais nada. Muito obrigado.

[manifestação da plateia]

SRA. PRESIDENTE VEREADORA MARIANA CONTI: Obrigada, Daniel.

Quero agradecer a sua fala e parabenizar a organização dos policiais antifascismo, pelo belíssimo trabalho que tem sido feito em todo o Brasil, questionando ideias, construindo propostas e organizando os policiais como trabalhadores, inclusive reivindicando condições de trabalho. Eu acho que esse diálogo é superimportante.

Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão
11 de 26



Assinado com senha por MARIANA CONTI TAKAHASHI.
Documento Nº: 213622-4072 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=213622-4072>



CMCTRA20200069

SIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39, no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555

Vereadora Guida Calixto, quer... ela vai... a gente vai... está bom, está certo. A gente teve um problema técnico na conexão com a professora Adriana Dias, acho que resolveu. Vamos tentar novamente aqui. Peço paciência das pessoas, a gente... estamos nos desdobrando para garantir a participação da professora Adriana Dias, que é uma participação fundamental.

SRA. ADRIANA DIAS: Não ouviram nada?

SRA. PRESIDENTE VEREADORA MARIANA CONTI: Alô, professora, está nos ouvindo?

SRA. ADRIANA DIAS: Não ouviram nada?

SRA. PRESIDENTE VEREADORA MARIANA CONTI: A gente não ouviu nada. Eu peço que você recomece a sua fala do início, pode ser?

SRA. ADRIANA DIAS: Pode, eu recomeço, vamos lá. Em primeiro lugar, eu quero saudar a Mesa e falar que hoje é um dia muito importante, muitíssimo importante, porque na Alemanha, nessa data, 21 de novembro, a operação *Aktion T4*, que foi a operação de Hitler, para a matança de pessoas com deficiência, usando o argumento que as pessoas com deficiência custavam muito ao estado alemão, nessa data, foi construído, em 1940, a clínica de *[ininteligível]*, em 1940...

Vocês estão me ouvindo? Eu estou tendo retorno agora.

SRA. PRESIDENTE VEREADORA MARIANA CONTI: Estamos te ouvindo, professora.

SRA. ADRIANA DIAS [por telefone]: Tá. Então, *[ininteligível]* construiu várias clínicas para esterilizar e matar pessoas com deficiência. A clínica de *[ininteligível]* foi a terceira clínica construída, ela esterilizou 100 mil pessoas e matou 8 mil pessoas. Eles começavam matando com injeção, os médicos se recusaram, depois houve *[ininteligível]* as enfermeiras recusaram a limpar, e aí eles começaram a colocar as pessoas com deficiência em ônibus, em kombis e andar pela cidade matando as pessoas com deficiência. E aí, faziam enterros coletivos ao lado das clínicas. Essa foi a terceira clínica criada. Então, em 1940 foi criada nessa data, 21 de novembro, a data desta audiência, a clínica *[ininteligível]*. E por que isso é importante? Porque foi nessa clínica que morreu Olga Benário, foi nessa clínica que foi entregue pela Gestapo... para o Filinto Müller, no Governo Vargas, Olga Benário.

Então, aqui se entrecruzam dois momentos muito terríveis da história, o momento que o Estado Novo entregou Olga Benário aos nazistas e o momento em que as pessoas com deficiência receberam a terceira clínica de esterilização e matança na Alemanha, na operação *Aktion T4*.

Isso é profundamente importante porque houve um momento de silenciamento da morte das pessoas com deficiência na Alemanha, porque os genocidas eles não apenas eles se satisfazem em matar, mas também depois em assassinar memórias. É por isso que, por exemplo, a ditadura ela silenciou o sequestro de crianças no Araguaia ou a gente se esquece que quando houve as Leis de Nuremberg, de Hitler, de matança das pessoas com deficiência e *[ininteligível]* que Vargas fez aqui em 48 a lei dos indesejáveis, por que isso é silenciado? Isso é silenciado porque o ponto 11 de todo genocida é apagar a memória do genocídio. É por isso que a Casa da Morte, que foi



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

alugada de um oficial neonazista em Niterói, ela faz questão de apagar os rastros dos corpos que foram mortos, porque a ditadura faz questão de esconder o que ela fez, porque é preciso negar o genocídio feito, todo movimento genocida é negacionista, porque eles precisam apagar a memória do genocídio. Isso é terrível, porque não dá às vítimas sequer o direito ao luto e à memória e à luta por contar a sua história.

Então, nesse 21 de novembro, eu quero lembrar que já são 1.117 células neonazistas no Brasil, que Campinas tem 16 células neonazistas, mais da metade negadoras do holocausto, a outra parte principalmente de *[ininteligível]* a grande maioria armada. E que essas células elas picharam a sala que eu estudei na Unicamp, que elas me ameaçam de morte, que uma delas no *[ininteligível]* falou que eu vou ser estuprada coletivamente até a morte, que elas me ameaçam dessa forma para que eu, como mulher com deficiência, tema e pare meu trabalho. Eu estou dizendo assim que eu não vou parar, que não vai ser essa ameaça que eu vou parar. E que essas células precisam ser encontradas, punidas, que os chefes precisam ser presos.

Uma coisa que é característica muito forte em Campinas é que Campinas tem... teve e tem ainda rastros de uma editora nazista. Campinas é uma cidade, tipo, a última a abolir a escravidão e Campinas, mais do que qualquer outra cidade do interior, talvez, precisa aprender a honrar as vítimas.

Quando eu comecei a minha pesquisa, a primeira coisa que eu tive para mim era que *[ininteligível]* vítimas e por isso, a primeira coisa que eu fiz foi voltar ao lugar onde eu nasci, o Bom Retiro, e eu vi vítimas no local, e uma senhora que eu vi que me falava que ela perdeu o marido e dois filhos, um deles bebê, arrancaram da mão dela, com 2 meses, e jogado na câmara de gás, ela sentiu o cheiro do filho de 2 meses morto na câmara de gás, ela falou para mim: "Adriana, jamais vou querer ter filhos de novo, porque eles não vão ser os meus filhos, eu não sobrevivi ao holocausto, o que você vê aqui é mulher fantasma".

Eu decidi naquele momento que o mais importante é honrar as vítimas e essa CPI tem obrigação de fazer um protocolo para universidades e para colégios e tem uma juíza que é especializada em crime de ódio *[ininteligível]* que escreveu um livro, que quer participar, tem uma ex-aluna do Colégio Vinhedo que quer participar, uma psicóloga do Mackenzie especializada nisso que quer participar, porque nós temos obrigação de honrar as vítimas, os LGBTQIA+, as pessoas com deficiência, todas as vítimas, os negros, os nossos poloneses que são os nordestinos que são chamados de sub-raça, nós temos que honrar todas as vítimas que nós teremos que realmente fazer uma CPI adequada, os negros, os eslavos, os ciganos. Campinas tem um movimento cigano enorme. Então, nós temos que honrar todas as vítimas. Cadê os ciganos, cadê os judeus? Porque senão nós jamais faremos uma CPI que alcance seu objetivo. Sem honrar as vítimas, nós não chegaremos a lugar nenhum.

É preciso prender os líderes, honrar as vítimas, proteger o povo de Campinas porque não é o povo de Campinas que é neonazista, são esses 16 grupos que são neonazistas e eles precisam ser identificados e punidos, os líderes precisam ser presos para que eles jamais possam atentar contra o povo de Campinas, para que eles jamais possam entrar no Etec, como eles já tentaram entrar, para que eles jamais possam pichar novamente a Unicamp, para que um deles jamais possam ameaçar professores da Unicamp, como eles já fizeram com a professora *[ininteligível]*.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555

A justiça e a lei tem que ser cumprida, nazismo é crime. De novo, nazismo é crime. E talvez seja possível fazer alguma coisa municipal, como já fizemos em Porto Alegre, impedindo a circulação de livros da Editora Revisão em Campinas, porque eles são proibidos pelo STF, mas sebos de Campinas ainda vendem esses livros e isso está proibido no STF... pelo STF, mas em sebos de Campinas nós ainda encontramos esse material. Nós precisamos proibir encontros de grupos neonazistas, em Campinas passou, e isso é proibido no Brasil, porque é crime. Então por que é que esses grupos ainda conseguem fazer *shows* em Campinas e em determinados lugares? Porque ainda é tolerado isso em Campinas? Então existem algumas tolerâncias em Campinas com esses grupos, embora ainda seja crime, que as leis municipais podem ajudar a coibir.

Então Campinas pode fazer leis sobre a educação para o holocausto, e quando eu falo de educação sobre o holocausto, é educação trazendo grandes grupos, por exemplo, a *[ininteligível]* do Brasil, que tem uma *expertise* imensa sobre a educação sobre o holocausto, poderia usar as escolas desde a educação infantil até as escolas de ensino médio, porque... desculpa, gente, *Auschwitz* não foi uma escola de direitos humanos, não é só falando de *Auschwitz*, porque *Auschwitz* não começou... O holocausto não começou em *Auschwitz*, o holocausto começou muito antes quando o *Hitler* fez um golpe em 33... porque eu quero lembrar vocês que *Hitler* perdeu a eleição em 32 e fez um golpe em 33... De novo, *Hitler* perdeu a eleição em 32 e fez um golpe com a sua milícia em 33, estejamos atentos aos movimentos *QAnon*, aos movimentos de golpe, as tentativas de reproduzir Capitólio.

Então que estejamos atentos a movimentos golpistas em Campinas e precisamos ensinar. *Adorno* tem uma frase maravilhosa: "O propósito da Educação é impedir que *Auschwitz* se repita". O que ele quer dizer com isso? O propósito da educação é impedir que as minorias sejam destruídas com um movimento *[ininteligível]*. Então há muita gente, muito especialista em educação sobre isso.

Eu estudo isso há 20 anos, então nós precisamos fazer movimentos que façam a educação e as minorias sejam protagonistas desse movimento, não dá para fazer protocolo da Educação sem que as minorias façam parte desse protocolo.

Juntemos os *[ininteligível]* as pessoas que trabalham com isso, junto com as minorias, elas tem que manifestar sempre.

Então eu deixo aqui o meu abraço a todos, aos colegas de Mesa, às vereadoras que estão presidente e relatora da CPI, mas nós temos que ter propostas para essa CPI, não adianta fazer uma CPI que, no final, não apresente propostas de educação, propostas de ir atrás dessas pessoas, propostas de resolver questões que são importantes, propostas com a Unicamp para protocolo, propostas com a Secretaria de Educação, com a Secretaria de Assistência Social para essas minorias, e de Segurança Pública.

Eu estou a inteiro dispor e meu abraço e meu coração com vocês. Muito obrigada, pela oportunidade, e minha disposição para diálogo sempre. Um abraço a todos, muito obrigada.

[manifestação da plateia]



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

SRA. PRESIDENTA VEREADORA MARIANA CONTI: Obrigada, professora Adriana, obrigada pela contribuição sempre muito valorosa. Professora Adriana, que, como mencionou na fala, tem sido alvo de ameaças e, de forma bastante corajosa, segue na luta pesquisando a extrema direita, fascista, nazista no Brasil, e se dispôs a participar, mesmo que remotamente, aqui da nossa audiência.

Eu gostaria de fazer algumas considerações e aí depois eu vou passar a palavra para a vereadora Guida Calixto e para o vereador Gustavo Petta.

Bom acho que alguns temas apareceram aqui na fala do professor Sidney, na fala da professora Adriana, que é a questão da memória. Então essa ideia de que o negacionismo e o revisionismo, enfim, o apagamento da memória, ela... de memórias de fatos que já aconteceram, de crimes que aconteceram, de processos que o Brasil passou, seja o processo da escravidão, que foi revisado a partir da ótica dos escravocratas, seja o processo como o professor Sidney bem colocou, do Estado Novo e do surgimento aí dos grupos fascistas integralistas no Brasil, que foi depois... ao serem derrotados pós Segunda Guerra, foram reincorporados como democratas, como... enfim, e também o processo da nossa ditadura militar, que foi uma transição que, de fato, não colocou... não trouxe justiça da memória daqueles que, de fato, foram responsáveis pelas torturas, que foram responsáveis pela... por várias violações dos direitos humanos, como se a violência institucional do estado... inclusive, que é uma violência institucional que aflora o que há de pior no ser humano, fosse justificada e fosse facilmente, digamos assim, fosse quase como necessária.

Esse é o discurso que, infelizmente imperou dentro, inclusive, das forças de segurança que foram responsáveis, naquele momento, por as piores violações e crimes cometidos entre aqueles que deveriam punir pela sua atribuição institucional, deveriam combater os crimes, foram agentes, e tiveram carta branca para cometer crimes em larga escala e partir da violência institucional. Então, a questão da memória é fundamental.

E nesse sentido, pensando recentemente, quero trazer aqui para o debate os crimes que foram cometidos na história recente do nosso país. Então, a professora Adriana Dias tem feito o levantamento dessas células fascistas, ela aponta 16 células nazifascistas na cidade de Campinas, mas também aponta o aumento de 270% das células fascistas nos últimos anos.

E chama a atenção que as manifestações fascistas, elas têm ganhado repercussão, então quase como... se há um tempo atrás havia uma vergonha pela própria experiência que a humanidade... que o fascismo e o nazismo, pela experiência vergonhosa que resultou da humanidade pelo holocausto, pelo extermínio, pelo genocídio, parece que agora, recentemente, isso foi quase como que incentivado a aparecer às claras.

E a gente tem visto, sejam investigações que desmontaram recentemente lá em Santa Catarina, um Congresso, um encontro nazista, sejam manifestações abertamente feitas à luz do dia, com referências nazistas e, sobretudo, na verdade, e eu acho que esse é um aspecto que deve ser criminalizado, o nazismo é crime, a apologia ao nazismo é crime.

E nós precisamos também, por conta... para que a gente tenha... não novamente não tenha exatamente esse processo de apagamento é necessário que isso

Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão
15 de 26



Assinado com senha por MARIANA CONTI TAKAHASHI.
Documento Nº: 213622-4072 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=213622-4072>



CMCTRA202200069

SIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

seja criminalizado pelas instituições que devem criminalizar.

Então, nós aqui, na CPI, nós vamos apresentar o relatório. Nós comentamos desde o início que nós não tínhamos atribuição de construir, fazer o papel de investigação, de Ministério Público, mas nós vamos apontar no relatório essas questões que foram levantadas.

Mas para além disso, é importante dizer das ações institucionais que nós tivemos no último período, e que resultaram também em processos de genocídio, genocídio de cunho eugenista.

Então, a condução da pandemia pelo governo Bolsonaro ao atrasar a compra da vacina, ao fazer a divulgação de remédios que, claramente, não tinham que... quer dizer, que a ciência já provou que não havia qualquer tipo de eficácia, e ao boicotar todas as medidas de isolamento social, inclusive negando em um primeiro momento o auxílio econômico, colocando a população pobre, sobretudo mulheres negras, periféricas, para se contaminarem em uma lógica da imunidade de rebanho, isso provocou um genocídio e provocou milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas, então novamente é parte, a gente precisa ter a memória disso e a gente precisa ter a responsabilização desses que cometeram esses crimes. É necessário que isso seja feito nos vários aspectos, a gente teve uma CPI da Covid no Senado Federal, mas nós ainda precisamos e eu acho que essa é uma tarefa aí desse novo governo construir... acabar com os 100 anos de sigilo e construir processos de responsabilização do aspecto do impacto disso sobre as populações indígenas, sobre as populações negras, sobre as populações periféricas, sobre todos aqueles que... sobre os profissionais que morreram, então entendo que esse é um elemento fundamental que não é apenas essa CPI que vai conseguir conduzir isso, mas entendo que a nossa CPI tem papel importante inclusive de apoiar movimentos que cobrem e que façam o resgate da memória recente do que a gente passou.

Para além disso, também entendo, quero aqui já solicitar, propôr aqui para os nossos convidados que, se puderem, elaborarem pareceres, professor Sidney, vamos também falar com a professora Adriana que deve estar nos acompanhando, Daniel também, pareceres para a gente incluir no relatório e aí acho que também fica como mais... com... sem o limite de tempo, com mais... um processo mais sistemático, porque eu entendo também que esse embasamento das consequências de um apagamento, das consequências da falta de memória e das consequências de um processo de instituições que são pautadas em processos autoritários, as consequências disso para a sociedade brasileira, eu acho importante que a gente esteja isso sistematizado, então peço isso também.

Eu fui procurada por alguns professores também que tem acompanhado o trabalho da CPI, quero deixar aqui também a gente deixar em aberto para que professores, pesquisadores, movimentos que queiram apresentar pareceres para a gente incluir na CPI, também é importante.

E aí também já dialogando com essa questão que a professora Adriana Dias comenta, das recomendações, porque esse é um elemento também que nós vamos... queremos tratar no relatório, sobre como lidar com essas ameaças, ataques que estão acontecendo dentro das instituições de ensino. É fato, que a professora Adriana coloca, que é necessário ter protocolo não apenas nas universidades, mas nas escolas, porque



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

a gente está tendo um processo em que as escolas elas têm lidado com essa questão, tem... isso tem aparecido em escolas públicas e privadas, e é fundamental que a gente construa junto à Secretaria de Educação aqui do município, que é o âmbito que nós podemos elaborar, que a gente possa, junto também das universidades, que a gente possa elaborar protocolos de como lidar com ameaças, ameaças de massacre, crimes de ódio e propaganda de cunho racista, fascista, transfóbico, machista dentro das escolas.

Inclusive, esse é um tema da nossa audiência pública na sexta-feira, no dia 25, o tema da audiência é exatamente uma educação antifascista, então já deixo aqui o convite e, já caminhando para o final, agradeço imensamente a participação do professor Sidney Aguilar, da professora Adriana Dias e do Daniel Zotesso, representando aqui os policiais antifascismo e quero passar a palavra, então, para a minha colega relatora vereadora Guida Calixto.

SRA. VEREADORA GUIDA CALIXTO: Bom. Bom dia a todas e todos. Bom dia principalmente aqui para os companheiros de Mesa, vereadora Mariana Conti que preside essa CPI. Bom dia também ao vereador Gustavo Petta, que compõe também essa CPI junto comigo; ao professor Sidney Aguilar. Quero agradecer a presença, a participação e saudar aí a belíssima explanação do tema. A gente comprova cada vez mais que o professor tem um acúmulo muito pertinente na pauta e tem subsidiado bastante essa CPI para a gente poder continuar o nosso trabalho aqui entendendo a importância que se tem com relação a esse tema.

Também quero agradecer ao Daniel que está aqui, um policial que traz alguns elementos, inclusive, que eu como tenho uma trajetória no movimento sindical, sempre a gente tem visto isso, o quanto os policiais, os trabalhadores das forças de segurança são visados, muitas vezes.

Porque é isso, aqui nessa Casa mesmo, é um espaço, é um lugar que todo momento eles estão recebendo o tal "tapinha nas costas". Mas na hora que chegam projetos aqui que, de fato, podem fazer diferença enquanto policial, enquanto trabalhador, geralmente são derrotados. Então, nunca se vê o policial, quanto o trabalhador, pelo contrário. Enfim, então isso é bastante importante ter a sua fala aqui.

E também quero agradecer a Adriana Dias também, pesquisadora, uma pessoa que nos... a todo momento nos motiva e nos incentiva a continuar pesquisando, a continuar tendo bastante interesse pelo tema, por conta principalmente do perigo que a gente corre também nesse momento.

Quero falar bem rapidamente, talvez uma ou duas questões, com base na fala de todos os debatedores aqui que vieram e que abrilhantaram bastante essa audiência pública. O professor Sidney fala quando que esse modelo, quando que o fascismo ele se coloca, quando ele se apresenta, quais são os momentos que ele é mais propício a se apresentar e não ter vergonha disso, enfim, escancarar a sua atuação, principalmente em momentos de avanço de crise econômica, em momentos em que o capitalismo entra em crise, em que os modelos econômicos entram em crise.

E aí a Adriana fala... falou aqui, muito claramente, que a gente precisa apontar para alguns encaminhamentos. Não adianta a gente ficar muito no campo do discurso, falando da importância, que é extremamente importante a gente debater. Mas assim, essa CPI precisa apontar encaminhamentos mesmo, que sejam materializados.

Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão
17 de 26



Assinado com senha por MARIANA CONTI TAKAHASHI.
Documento Nº: 213622-4072 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=213622-4072>



CMCTRA20200069

SIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

O fascismo, nazismo, neonazismo e talvez o professor possa falar depois um pouco sobre isso, se é novo ou não, se é neo ou não, mas ele é crime na Constituição, está lá e tem que ser tratado dessa forma.

Então, talvez a minha questão vai um pouco mais, talvez para o Daniel, a gente... nós estamos em uma cidade que é marcadamente violenta, uma cidade que tem o histórico no período da escravidão do povo negro muito violenta, marcada por essa violência, mas ela continua ainda reverberando demais, principalmente nas periferias.

Nós temos uma polícia violenta, principalmente contra o jovem, o jovem negro. Temos jovens aqui que foram assassinados pelas forças de segurança sem a menor justificativa, sem nenhum confronto, nada, simplesmente atiram primeiro, perguntam depois.

Então, a gente está nesse contexto. Mas a gente tem também o contexto de universidades, de locais... principalmente, da presença dos nossos jovens, que a gente tem percebido uma manifestação de grupos, desses grupos de ódio, desses grupos que pregam a supremacia branca, que pregam racismo, que pregam morte a negros, morte a nordestinos, mortes a deficientes, mortes às mulheres, enfim. É muito presente nos espaços educacionais, seja universidade, seja escola técnica.

E aí, o que é que eu gostaria de saber? Se... como que... acho que o Daniel falou um pouco sobre isso, mas eu tive que me ausentar para tentar contato com a professora Adriana Dias, então eu gostaria de ter isso mais apurado, se o Daniel tiver condições, enfim, ou não, mas se a polícia acompanha isso de perto, tipo grupos mesmo neonazistas, se têm? Aonde que estão? Ou se não tem esse mapeamento, que eu acho que talvez não tenha por conta... o que você mesmo disse: as condições de trabalho é pelo esvaziamento, é pelo desmonte, é óbvio. Então que isso não interessa, porque até porque vai estar... esse tipo de crime vai estar dizimando, vai estar atingindo um setor que eles não querem ver, que o poder público atualmente dominante, tanto no estado de São Paulo como agora no Brasil, que vão estar saindo no dia 1º de janeiro, não querem atender a pauta dos negros, das mulheres, então não tem nenhum interesse de aparelhar do ponto de vista de instrumentalizar as polícias para estar combatendo esse tipo de crime.

Gostaria de saber se a polícia tem recebido muito esse tipo de situação, de evento acontecendo? Onde estão? E como que essa CPI pós pode apoiar, principalmente esse movimento interno; porque a Adriana Dias falou que a gente tem que apontar pela criminalização, a gente tem que buscar quem são os grupos, quem são os dirigentes, a gente tem que prender, a gente tem que falar quem são, nome, RG, a gente tem que... Então assim... Só que a gente precisa da polícia para fazer isso, ninguém aqui é investigador, nem a gente está revestido desse poder.

Então, enfim, gostaria de... talvez acho que o Daniel aqui, para mim, seja o mais importante nesse momento para poder responder essas questões.

E mais uma vez contar com a Adriana e com o professor Sidney sobre os relatórios para que a gente possa ter um pouco mais... Eu, como relatora, um pouco mais de fundamentação nesse relatório, de como que a gente vai apontar aqui de fato, é crime de ódio, é crime... são esses... qualificar, né? Tipificar realmente, que é esse tipo de crime, e que esse tipo de crime, conforme a Constituição, não tem tratamento



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

leve, tem que ser banido.

Acho que era isso... Pensei que eu ia vai falar rápido, mas dar microfone para político é difícil. Obrigada, gente.

SRA. PRESIDENTA VEREADORA MARIANA CONTI: Obrigada, vereadora Guida Calixto.

Eu vou passar a palavra então para o vereador Gustavo Petta.

SR. VEREADOR GUSTAVO PETTA: Bom dia a todos, a todas. Cumprimentar a presidenta vereadora Mariana Conti dessa CPI; a relatora vereadora Guida Calixto; cumprimentar o professor Sidney; o Daniel; a Adriana, que trouxeram contribuições importantes aqui para os nossos trabalhos.

E só fazer algumas observações. É evidente que as ideias fascistas ou neofascistas estão presentes na nossa história há bastante tempo, mas é notório também que, a partir da chegada ao poder de um presidente que claramente defende essas ideias e que passou por um tempo a nem se envergonhar mais de defendê-las diretamente... O último debate a presidente, ele termina, se eu não me engano, com "Deus, pátria, família e liberdade", a sigla do fascismo é "Deus, pátria e família" é isso? Ele incluiu liberdade?

Então isso traz contornos e fortalece muito as organizações e as pessoas que alguns dizem que estavam, inclusive, "dentro do armário" — vamos dizer assim — durante um certo período.

Mas, mais do que isso, essas organizações passaram a crescer, a ter mais adeptos e as condições políticas, mas também as condições econômicas permitiram isso. Professor Sidney fala acho que em 60% dos jovens que estavam desempregados, sem empregos, sem nenhuma perspectiva, os números do Brasil hoje se aproximam disso.

Então, realmente as condições políticas, econômicas, sociais permitem o crescimento dessas organizações e dessas ideias que precisam ser, evidentemente, criminalizadas no nosso país.

Eu digo isso porque nós tivemos uma vitória política importante. Evidente que muitos historiadores, muitos analistas políticos diziam que uma confirmação dessas ideias nas urnas, vamos dizer assim, seria visto por eles como um salvo-conduto, para que o regime ficasse ainda mais violento.

Não que a gente teve um regime não violento nesse último período, nós vivemos com a violência e com a criminalização dos movimentos sociais de uma forma ainda mais perversa no Brasil.

Mas o fato é que, realmente, se há uma renovação e uma aprovação, vamos dizer assim, desse regime nas urnas, visto por eles dessa forma, seria realmente um momento ainda pior para nós.

Eu acho que era possível sim um fechamento maior do regime, como aconteceu inclusive em algumas experiências fascistas no mundo afora, quando há a confirmação das urnas o regime ganha outros contornos. Ou até há uma troca de regime, vamos dizer assim.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

Mas mesmo comemorando muito essa vitória, uma vitória... caráter enorme, é importante a gente compreender de que essas ideias não foram sufocadas de uma hora para a outra. Elas vão continuar aí tentando se organizar, ganhar força, etc.

É aquela... vamos dizer, aquela palavra de ordem, nós derrotamos o Bolsonaro, mas não o bolsonarismo. Nós vencemos uma batalha, mas há muita coisa pela frente.

Então, a CPI tem um papel muito importante, porque é evidente que essas ideias neofascistas, neonazistas, etc, estão entrelaçadas no Brasil com o bolsonarismo, com as ideias bolsonaristas. Elas se assemelham, elas se... elas confluem para o mesmo lugar.

Então, eu queria, assim, primeiro saudar essa iniciativa. Dizer de algo que também me preocupa muito, que é a situação do estado de São Paulo. Porque veja, a gente fala aqui da Polícia Militar, que realmente a Polícia Militar de São Paulo, *[ininteligível]* todas as outras, mas a de São Paulo, em especial, ela carrega na sua formação ideias neofascistas há muito tempo.

Eu estou até impactado nesse final de semana de ter visto o documentário dos Racionais, e você vê a força que o movimento negro a partir do *rap*, do *hip hop*, se organiza nos anos 80, anos 90, impactando gerações e gerações, a partir de uma crítica contundente ao papel da Polícia Militar.

E alguns pequenos avanços... você vê, um avanço que parecia pequeno, mas que ganhou um contorno enorme, que foi a presença da Câmara na lapela da Polícia Militar, porque isso já trouxe um impacto, não que tenha resolvido o problema, pode retroceder nos próximos dias.

Então, a juventude negra, periférica, que é a principal vítima dessas ideias no nosso país, principal, principal segmento vítima das ideias neofascistas no Brasil, são jovens, negros, periféricos.

Esses têm de um lado o órgão repressor do estado, extremamente racista e que pode ganhar contornos ainda piores no próximo período por conta do que aconteceu na eleição do estado; e do outro lado a escola pública que... não sei, todo mundo viu o novo secretário de educação é premiado por ter militarizado e privatizado as escolas públicas do Paraná. Ele é premiado e ganha agora o cargo no governo do estado.

Então, veja, essa juventude já vítima do sistema há muito tempo, pode agora ter ainda uma dupla ação que condenará... vai condenar gerações, se a gente não conseguir resistir, que é de um lado a polícia mais violenta e mais racista, sem nenhum tipo de protocolo, e do outro lado a escola pública militarizada, reforçando o preconceito, reforçando e estigmatizando ainda mais aqueles que historicamente foram excluídos e discriminizados.

Então, eu não estou aqui querendo fazer uma fala muito fatalista, mas é só para a gente ver os desafios que a gente tem pela frente, ainda bem que nós tivemos uma vitória, vitória de caráter histórico, épico, a gente pode caracterizar e tem que comemorar muito, mas a gente... para a gente compreender que os desafios são grandes ainda pela frente e que uma CPI como essa que traz historiadores, policiais, pessoas que estudam o tema pode contribuir muito, o que a gente tem que ver é como efetivamente a gente pode fazer com que esse trabalho chegue na ponta. Eu acho que talvez um caráter interessante seja esse o educativo também, como criar protocolos,

Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão
20 de 26



Assinado com senha por MARIANA CONTI TAKAHASHI.
Documento Nº: 213622-4072 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=213622-4072>



CMCTRA20200069

SIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

recomendações para as escolas, para as universidades, para ser um instrumento importante de combate a essas ideias.

Era isso. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE VEREADORA MARIANA CONTI: Obrigada, vereador Gustavo Petta. O vereador vai ter que se ausentar logo mais, não é, vereador?

SR. VEREADOR GUSTAVO PETTA: É. Mariana Conti, eu até peço desculpa, eu vou me ausentar rapidamente para uma reunião aqui, mas eu vou tentar voltar ainda a tempo da conclusão. Está bom?

SRA. PRESIDENTE VEREADORA MARIANA CONTI: Está certo. Fique à vontade, vereador.

Eu quero perguntar para o público se tem alguma questão, alguma manifestação e aí, senão, a gente vai passar para as considerações finais dos nossos convidados.

Fique à vontade.

O microfone, por...

Mas, é que para registro precisa ter o microfone.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Bom dia. Eu sou professora da Rede Estadual Pública de São Paulo aposentada e militei muito nos anos 90 na Apeoesp, foi uma década assim que a gente teve greves da educação no Estado de São Paulo gigantescas, com ocupação de Assembleia Legislativa e tentativa de tomada do Palácio, todas aquelas coisas que acho que muitos de vocês sabem e alguns até vivenciaram, eu imagino.

Em relação à polícia, Daniel, já me lembro que naquela época quando a gente estava em greve e que a polícia do PSDB, do Estado, colocava em cima da gente a tropa de choque para a gente não fazer passeata na Paulista ou quando tiraram, desocuparam a Assembleia Legislativa, tirando a gente lá de dentro, a gente pensava, eu me lembro uma categoria majoritariamente feminina, que a gente conseguia... poderia sensibilizar os policiais e a palavra de ordem, que eu acho que talvez você até conheça, você aí parado também é explorado, que eles ficavam feito uma barreira na nossa frente e a gente querendo passar, aí começava: "você aí parado também é explorado"; assim, tendo esse entendimento de que eles também, como funcionário público, sofriam arrocho salarial gigantesco.

Mas, eu acho que com esse avanço do autoritarismo no Brasil, do fascismo com esse novo governo que a gente vai ter que encarar aqui no Estado de São Paulo, eu estou meio afastada do ativismo no sindicato, mas eu já não vejo essa possibilidade – sabe? – nem a tentativa de sensibilizar, porque a sensação que a gente tem e não é uma sensação, eu acho que é uma questão política, a gente vive em um Estado burguês, por mais que a gente tenha eleito o Lula, mas aqui no Estado de São Paulo, então, um Estado burguês pior ainda, onde o que deveria ser segurança pública a polícia é encarada como um trabalhador do Estado e não do público, e não nosso, não para a gente, para a nossa segurança, assim como professor também, o serviço público ligado à educação e ligado à tal da segurança pública, ele acaba ficando muito refém das políticas do Estado, por mais que falem que a gente é um servidor público, a

Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão
21 de 26



Assinado com senha por MARIANA CONTI TAKAHASHI.
Documento Nº: 213622-4072 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=213622-4072>



CMCTRA20200069

SIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

gente é obrigado e dentro da educação, inclusive, tem muita pouca discussão sobre o currículo, agora com esse novo governo, então, não sei o que é que vai acontecer. Então, imagino que a gente vai ter que ter muita disposição, realmente, muita colaboração de vocês, que tem essa visão diferenciada da maioria, para a gente poder sobreviver a esses primeiros anos e se organizar para, realmente, resistir. É isso.

SRA. PRESIDENTE VEREADORA MARIANA CONTI: Obrigada, Naná(F), pelas considerações.

Vou passar a palavra então para o professor Sidney, professor, e depois passo para o Daniel. Sete minutos, pode ser?

SR. SIDNEY AGUILAR FILHO: Pode ser. Obrigado.

Eu gostaria de utilizar esses últimos sete minutos que eu tenho para tratar de dois assuntos. Um histórico. A maioria absoluta dos escravizados, na região da cafeicultura, na macrorregião de Campinas e cercanias, entraram no Brasil entre os anos 30 e 40 do Século XIX, quando já havia uma lei aprovada pela Assembleia Nacional Brasileira e sancionada pela regência em 1831, proibindo o tráfico de escravizados. Normalmente, a gente estuda a Lei Eusébio de Queirós, de 1850.

Esta lei de 1831, tragicamente não colou. De 1831 a 1850, cerca de... os números variam de 500 a 750 mil seres humanos foram escravizados, portanto, ilegalmente na nossa região. A maioria deles vieram para cá.

Implica dizer que o último Bastião de escravidão no mundo também foi um Bastião de escravidão ilegal e criminoso. A partir de 1871, com a Lei do Ventre Livre, as crianças e os adolescentes, sobretudo os agora vulneráveis socialmente pela sua condição de serem filhos de mães escravizadas, foram, na sua grande maioria, também escravizados sob uma nova roupagem, que é a roupagem da tutoria, e isto adentra a República e chega ao Século XX.

Eu estou falando da geração do meu bisavô e do meu avô, e evidente que as condições socioeconômicas, as condições culturais, as condições institucionais de meus bisavós e dos meus avós, influenciaram profundamente no que eu sou e no que somos, como sociedade.

Evidente, portanto, que nós aqui em Campinas, que carregamos essa triste marca a nós, não basta ser... não ser escravocrata, há de ser antiescravocrata, não basta não ser racista, há de ser antirracista.

Na mesma perspectiva, é da nossa região o integralismo. Entre o Vale do Paraíba e região de Rio Claro, se assentou o integralismo no Brasil, e seus discursos assumidamente fascistas, mais uma vez.

Em nossa região não basta não ser fascista, há de ser antifascista, por uma questão histórica. E, portanto, trago comigo, eu que amo tanto essa cidade, esta percepção da importância histórica que nós temos para o Brasil, mas também para a história universal, pois fomos os últimos do mundo.

Os outros minutos, eu gostaria de reservar a uma fala que me foi trazida agora na Mesa, e que eu julgo fundamental. É preciso que hajam propostas ao fim desta CPI, e eu gostaria de poder contribuir, e o farei por escrito, como já me foi pedido, mas gostaria também de deixar aqui a possibilidade de uma discussão mais pública.

Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão
22 de 26



Assinado com senha por MARIANA CONTI TAKAHASHI.
Documento Nº: 213622-4072 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=213622-4072>



CMCTRA20200069

SIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

Uma delas é que aos que são imputáveis criminalmente, eu não tenho o que dizer, eu sou educador, eu não sei, eu não sei o que fazer com eles, efetivamente, e deixo a responsabilidade daqueles que são, por ofício, os que devem fazê-lo.

Mas no campo da educação, que é o campo que me cabe, é bom lembrar que precisamos, urgentemente, fortalecer a rede de confronto à violência que está posta. Julgo fundamental a formação de gestores escolares, diretores e coordenadores para trabalhar com a questão; fundamental que conselheiros tutelares e promotoria da Vara da Infância e da Adolescência da nossa região sejam preparados para lidar com esta questão; que, sim, tenhamos protocolos de ação, desde o campo mais didático, pedagógico, de atuação nas escolas públicas, privadas, fundacionais, militares, quais sejam, na nossa região, e que precisamos lidar no campo da prevenção, sim, partindo do pressuposto que muitos anos ainda virão de sobrevivência do péssimo exemplo que nós tivemos nos últimos anos aqui neste país, mas também nos prepararmos para lidarmos com o fato de que os inimputáveis penalmente, eles estão também sujeitos à justiça.

Há um estatuto da criança e do adolescente, ele precisa ser conhecido, trabalhado, utilizado com as características que possui, partindo do pressuposto que são... em sendo crianças e adolescentes, que deve se privilegiar a educação e não a punição, mas isso não prescinde a injustiça; e a justiça deve ser feita, e ela deve prevalecer.

Precisamos nos preparar para isso, deveríamos estar já de prontidão, não estamos, estamos sendo aqui, na nossa região, pegos com grande surpresa, inclusive, pelos acontecimentos do ano passado, que esta CPI é mais diretamente relacionada, mas acontecimentos mais recentes que envolvem as últimas semanas e também nos deixam assombrados.

Fica aqui, portanto, o reconhecimento da necessidade de, como sociedade, pensarmos regionalmente, localmente e regionalmente o nosso papel nacionalmente e internacionalmente, seja no campo da educação, seja no campo da prevenção, na formação daqueles que são os profissionais para lidar com crianças e adolescentes, como também a preparação das nossas estruturas jurídicas, fiscais e penais, para lidar com aqueles que são, aí sim, imputáveis penalmente, que cabe, mais uma vez, como eu digo a Vossas Excelências da Câmara Municipal e as autoridades do Poder Judiciário aqui bem representados pela Polícia Antifascista.

No mais, meu grande agradecimento, continuo à disposição, e espero que a médio prazo, pelo menos, porque a curto acho difícil, que a médio prazo, a gente venha comemorar frutos de uma sociedade mais democrática, mais solidária, mais respeitosa e menos criminosas.

Meu muito obrigado.

[manifestação da plateia]

SRA. PRESIDENTA VEREADORA MARIANA CONTI: Obrigada, professor Sidney.

Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão
23 de 26



Assinado com senha por MARIANA CONTI TAKAHASHI.
Documento Nº: 213622-4072 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=213622-4072>



CMCTRA202200069

SIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

A gente agradece imensamente a colaboração... — não sei o que está acontecendo com esse microfone —... agradece também as sugestões que foram colocadas, que foram apresentadas, e pedimos encarecidamente que então possa nos encaminhar porque isso vai ser de uma grande valia esse parecer, porque isso dá fundamento para os relatórios que nós vamos apresentar.

Quero passar então a palavra para o Daniel também.

SR. DANIEL ZOTESSO: Bem, gente, então atendendo aqui a algumas considerações dos nossos participantes. Primeiro da vereadora Guida Calixto sobre o mapeamento das células neonazistas.

Então quando começou essa CPI, eu, até para contribuir com os trabalhos, foi uma fala que eu tive na primeira audiência aqui pública da CPI, eu fui atrás de alguns delegados, de alguns policiais, que a gente pudesse realmente fazer esse levantamento que eu queria realmente auxiliá-los de alguma forma, em um aspecto mais prático de levantamento de dados para CPI, mas o que a gente vê realmente é que não há — infelizmente, né? — acho que vocês sentiram isso quando levaram as questões nas delegacias para denunciar. E são ações muito pontuais, então casos isolados, alguns são investigados, outros não.

E isso reflete muito o desmonte da Polícia Civil no estado de São Paulo e também em vários outros estados do Brasil, porque a gente investe muito em polícia militar — como foi a fala aqui da nossa colega — e a Polícia Investigativa, a Polícia Judiciária, que deveriam levar a cabo essas questões para realmente esses fatos serem punidos na sua origem, isso realmente não é levado em conta.

A gente teve agora recentemente algumas ações em Santa Catarina, como foi citado pela vereadora Mariana Conti, um desmonte de um grupo neonazista. No Rio Grande do Sul, nós temos o Leonel Radde, que é vereador do PT, agora eleito deputado estadual lá pelo Rio Grande do Sul, onde tem, realmente, uma preocupação muito grande em desmontar esses grupos neonazistas, mas a gente vê que ainda são ações individuais, não há nenhuma coordenação para que isso seja feito de maneira estruturada.

E a gente sabe que são grupos organizados, tem um comando. E tem comandos até de políticos bem influentes no nosso país, mas falta muito ainda para a gente chegar nas cabeças dessa organização.

Quanto ao outro comentário, realmente eu concordo totalmente com você, a gente vai ter um período muito difícil agora no novo governo e isso vem, justamente, dessa lógica militar, militarizada, das polícias estaduais.

E enquanto não houver, realmente, uma reestruturação da segurança pública, e isso tem que ser em nível nacional, porque isso está na Constituição, ela está presa no artigo 144 dessa forma.

E o que a gente pode fazer é justamente servir como movimento de ponte, justamente entre os movimentos sociais que são oprimidos e os policiais que, muitas vezes, não conseguem, apesar de ter um posicionamento político diferente, não conseguem fazer algo diferente do que seus oficiais, do que seus comandantes mandam, porque senão eles vão ser punidos, por agirem, justamente, contrários àquilo que eles gostariam de fazer.

Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão
24 de 26



Assinado com senha por MARIANA CONTI TAKAHASHI.
Documento Nº: 213622-4072 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=213622-4072>



CMCTRA20200069

SIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

As vezes, eles estão ali não por vontade própria, estão ali porque são obrigados. Então, eu entendo, justamente, essa indignação, essa resistência pacífica, mas que muitas vezes o sistema impede, justamente, o trabalhador de, por si só, lutar contra esse sistema.

E outros, realmente, na sua própria formação, apesar da sua origem em comunidades, a sua origem em bairros mais periféricos, acabam atuando contra a própria comunidade da qual eles são originários. E a gente vê como essa lógica fascista já está implantada desde a formação do policial.

Então, é um trabalho muito grande que ainda precisa ser feito para reestruturar, realmente, as nossas polícias na sua formação, seja a formação de base, a formação continuada, um controle interno e externo das polícias, o controle interno através das corregedorias, mas externo através de ouvidorias, com a participação da sociedade civil, com o Ministério Público atuando, para que a gente, ao longo do tempo, tenha uma mudança, realmente, dessa lógica.

Acho que tem muito caminho a ser trilhado, mas acho que só de nós termos essa discussão, já é um primeiro passo muito importante, que eu espero que a gente tenha frutos no futuro. Então, muito obrigado pelo convite.

[manifestação da plateia]

SRA. PRESIDENTE VEREADORA MARIANA CONTI: Obrigada, Daniel. Obrigada pela presença, pelas contribuições, pelas parcerias que nós temos feito aí junto dos policiais antifascismo.

Solicito também que nos encaminhe, então, um parecer enquanto movimento, e fique à vontade de sugestões, enfim, para que a gente possa trabalhar também no relatório.

Então, caminhando para o final, quero agradecer a todo mundo que participou, aos nossos... aos vereadores, vereadora Guida Calixto, vereador Gustavo Petta, ao professor Sidney, à professora Adriana, ao Daniel, a toda a equipe aqui, seja do gabinete, seja a equipe aqui do Cerimonial, da Comunicação, da TV, da segurança, que possibilitaram a realização desse... de mais essa audiência.

Quero agradecer quem está acompanhando e convidar para o dia 25 também a audiência pública que nós vamos tratar exatamente a questão da presença de grupos que fazem apologia aos crimes de ódio dentro das escolas, essas manifestações que estão acontecendo de ameaça de massacre, de violência, de propaganda nazista, fascista, racista dentro das escolas, a atuação dos professores nisso, dos educadores, das escolas, das instituições de ensino, universidades, e também dos órgãos... secretarias estaduais, qual é o papel nisso.

E espero que a gente possa também ter, a partir daí, contribuições, ideias, para que a gente possa fazer tanto a sugestão quanto a pressão e a luta para que as instituições, de fato, adotem conteúdos e protocolos antifascistas e anticrimes de ódio nas escolas.

Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão
25 de 26



Assinado com senha por MARIANA CONTI TAKAHASHI.
Documento Nº: 213622-4072 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=213622-4072>



CMCTRA20200069

SIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 62ª Audiência Pública de 2022, realizada em 21 de novembro, às 09h39,
no Teatro Bento Quirino, à Rua Luzitana, 1.505 e 1.555**

Então, fica aí o convite, dia 25, a nova audiência pública e declaro encerrada,
então, essa reunião.

Obrigada.

- Audiência encerrada às 11 horas e 23 minutos.

[fim da transcrição]

Mariana Conti
PRESIDENTE

Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão
26 de 26



Assinado com senha por MARIANA CONTI TAKAHASHI.
Documento Nº: 213622-4072 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=213622-4072>



CMCTRA202200069

SIGA